

ATA N.º 013 – 2017/2021 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020. -----

Aos vinte e oito dias do mês de setembro, do ano dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu na Delegação em Argivai, a Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, em sessão ordinária, presidida pela 1.ª Secretária, Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, e secretariada por Joaquim Oliveira Carvalho. Verificadas as presenças, constatou-se estarem presentes dezanove membros: -----

- Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro -----
- Eduardo Alberto Felgueiras Gayo de Araújo Gomes -----
- Hamilton Manuel Lopes Ribeiro -----
- Igor Alberto B. C. S. Oliveira -----
- Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho -----
- Joana Vieira da Silva -----
- Joaquim Oliveira Carvalho -----
- Johnny Roberto de Sousa e Silva -----
- José Manuel Araújo Nogueira -----
- Lara Lúcia Dinis C. Rocha -----
- Manuel António Gomes Vieira -----
- Maria de Fátima Torres Alves -----
- Maria Manuela Gomes da Silva -----
- Mário Jorge Rodrigues Mateus -----
- Octávio Arlindo Rodrigues da Mata -----
- Renata Pinto de Sousa da Costa Leite -----
- Rui Manuel dos Santos Lopes -----
- Sandra Cristina Simões Ferreira -----
- Vítor Fernando de Oliveira e Silva -----

A lista de presenças consta como anexo n.º 1 e fará parte integrante da ata. -----

Estiveram presentes os seguintes elementos do executivo: -----

José Ricardo dos Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, Amadeu Matias da Silva, Secretário, Augusto de Castro Moreira, Tesoureiro, e os vogais Olindina de Jesus Pereira Novo, Manuel da Silva Viana, Bruno Emanuel Oliveira Novo e Estevão Guerra Liberal. -----

Secretariou a sessão a Coordenadora Técnica Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva, funcionária designada para lavrar as atas das sessões da Assembleia de Freguesia. -----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, 1.ª secretária da Mesa da Assembleia, informou os presentes que, devido a ausência motivada por doença da Presidente da Assembleia, assumirá em sua substituição a direção dos trabalhos, conforme estipulado no Regimento desta Assembleia. Deu início à sessão, cumprimentando e dando as boas vindas aos presentes. Verificadas as presenças e a existência de quórum, informou que a convocatória foi efetuada nos termos da lei e deu a palavra a Joaquim Oliveira Carvalho que, após cumprimentar todos os presentes, leu o Edital da convocatória. -----

1 – LEITURA DO EDITAL DA ORDEM DE TRABALHOS -----

A Ordem de Trabalhos da Convocatória foi a seguinte: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

7/20


PONTO UM - Informação da Mesa da Assembleia. -----

PONTO DOIS - Intervenções de carácter geral. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO TRÊS - Apreciação e votação da Ata da Assembleia Ordinária de 30.06.2020. -----

PONTO QUATRO – Apreciação da informação do Presidente da Junta, referente aos meses de junho a agosto de 2020, de acordo com o art.º 9.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 75/2013. -----

PONTO CINCO – Apreciação do Relatório Intercalar. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM - Informação da Mesa da Assembleia. -----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, declarou aberta a sessão desta Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

Apresentou cumprimentos ao Sr. Presidente da Junta e aos elementos do seu Executivo; aos Membros da Assembleia; aos Funcionários da Junta; aos elementos da Comunicação Social e a todos os presentes e desejou que todos sejam bem-vindos a esta sessão ordinária da Assembleia. -----

Verificadas as presenças e assinada a respetiva folha de presenças, passou a mencionar as substituições dos membros cujas faltas foram comunicadas à Mesa e serão devidamente justificadas: -----

Sandra Maria Araújo de Amorim e Maria Teresa Costa e Silva de Sousa Cruz, do PSD, ausentes por baixa médica, são substituídas por Octávio Arlindo Rodrigues da Mata e por Eduardo Alberto Felgueiras Gayo de Araújo Gomes e Caria Isabel Marques Pinheiro, também do PSD, ausente por motivos pessoais, substituída por Maria Manuela Gomes da Silva. -----

Maria de Lurdes Cruz de Sousa Lima, do PS, ausente por motivos pessoais substituída por Manuel António Gomes Vieira. -----

Francisco José Maio Ribeiro, do CDS/PP, substituído por Rui Manuel dos Santos Lopes. -----

PONTO DOIS - Intervenções de carácter geral. -----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, deu a palavra aos deputados, respeitando a ordem de inscrição, e pediu que fossem respeitados cinco minutos como tempo máximo para cada intervenção, lembrando que este ponto não deverá ultrapassar os 60 minutos. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, apresentou cumprimentos e apresentou a moção que a seguir se transcreve: -----

Moção 1 - "Pela reposição do pleno funcionamento dos cuidados de saúde primários. -----

O Serviço Nacional de Saúde é imprescindível para dar a resposta necessária no combate à epidemia da COVID-19. Mas este período que passamos mostrou que exige investimento no seu conjunto, nomeadamente com a contratação de profissionais que garantam o pleno funcionamento de todos os Centros de Saúde, ao mesmo tempo que se responde à epidemia. É necessário que o Governo tome medidas para repor os cuidados de saúde primários. -----

É necessária e urgente a resposta aos problemas de saúde decorrentes do surto epidémico, mas essa não pode ser feita à custa da perda de valências e de resposta a todos os utentes em geral, mas em particular a idosos e doentes crónicos. -----

O cancelamento generalizado de consultas e conseqüente falta de acompanhamento, impossibilidade de muitos utentes acederem a consulta de recurso, incapacidade de resposta às muitas solicitações e pedidos de esclarecimento, originando confusões e impaciência nos utentes, não pode ser a solução, sob pena de, num futuro muito próximo, os problemas de saúde da população serem agravados. -----

As Unidades de Saúde Familiar da Póvoa de Varzim, nomeadamente as USF da Casa dos Pescadores, do Mar, Corino de Andrade e Eça de Queirós precisam de responder às necessidades de saúde dos habitantes das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

Assim, a Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, reunida a 28 de setembro, delibera: -----

1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República as medidas legislativas necessárias para o pleno funcionamento das Unidades de Saúde Familiar das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai; -----

2 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República a contratação de todos os profissionais necessários para garantir o pleno funcionamento das USF das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai.” -----

José Manuel Araújo Nogueira, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: “A necessidade de agir para devolver a dignidade aos sem-abrigo. -----

Sim, há muito a fazer no âmbito da intervenção habitacional e urbana! -----

No centro da cidade são de perder a conta aos prédios devolutos e por isso recomendamos que a Câmara Municipal enfrente esta realidade atuando junto dos proprietários aplicando a lei. -----

É fundamental tratar do mercado habitacional para o tornar mais acessível às classes menos favorecidas. -----

A nossa cidade padece de uma enfermidade, os chamados prédios devolutos que abandonados pelas mais diversas razões, são onde os sem-abrigo encontram um recanto para ficarem sem o conhecimento de ninguém. -----

Ao longo dos anos vão mudando de sítio por acontecimentos mais ou menos graves, nomeadamente violência entre eles e até incêndios, tendo o último acontecido na rua das Hortas e em pleno centro da cidade, provocando uma morte. Até quando estes casos vão continuar? -----

O tempo vai passando e as situações de pessoas que vão parar à rua não param de aumentar. -----

O desemprego e as carências económicas em constante agravamento, são os catalisadores da rotura familiar, por si a principal causa do aparecimento deste fenómeno dos sem-abrigo. -----

Vemos cada vez mais pessoas a cair nesta situação ou ficando muito perto dela, sem as mínimas condições e sem qualquer apoio da rede social, revelando que esses apoios são incompletos, não por fracos recursos e inaptos para enfrentar os desafios da crise económica, mas por ser mais fácil aos responsáveis ignorar o problema dos sem-abrigo virando a cara para o lado com uma indiferença desumana. -----

É do interesse comum, em especial em contexto de pandemia, o reforço institucional das autarquias para garantir apoio social aos sem-abrigo. -----

O crescimento da capacidade de resposta das instituições depende do interesse e envolvimento da sociedade. -----

Devemos ter ambição em contribuir para uma sociedade que se preocupa

verdadeiramente em ajudar a população sem-abrigo através de soluções inovadoras. -----

Temos a responsabilidade de devolver a dignidade aos sem-abrigo, tendo como ponto de partida a escuta e o olhar atento para a situação em que se encontram. O combate trava-se no nosso interior acabando com a indiferença que há em cada um de nós para podermos estender a mão a todos eles." -----

Manuel António Gomes Vieira, do PS, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e fez a intervenção que se transcreve: "É um gosto voltar a integrar a bancada socialista e regressar a Argivai. -----

Na última assembleia, a 30 de junho, o PS partilhou um conjunto de recomendações ao executivo de forma a melhorar a digitalização da Junta. É com agrado que verifico que o website já se encontra online, no entanto, tendo em conta o incidente verificado no passado, questiono: -----

Que medidas corretivas foram tomadas para evitar e/ou prevenir *cyber attacks*? Já existem *backups* da plataforma e base de dados? -----

No contrato com a empresa responsável pela plataforma, encontram-se previstas algum tipo de penalizações em caso de indisponibilidade de serviço? Se sim, essas penalizações foram ativadas? -----

Alerto para a importância de garantir a continuidade deste serviço público enquanto apoio à população, mesmo em caso de confinamento. -----

Verifico também que, apesar de parcialmente, foi adotada a recomendação para a "Criação de Gabinete de Apoio à Digitalização das Microempresas e Comércio Local", conforme publicação no *Facebook* a 9 de setembro com a "Base de dados de empresas locais com serviço de entrega. Compre em segurança, vá ao comércio local", acreditando que este primeiro passo será complementado com medidas que visem potenciar e apoiar o comércio local, e que este gabinete será uma realidade. -----

Sabemos que as pessoas e a economia local têm que recuperar alguma normalidade e, obviamente, a circulação de pessoas e o consumo no comércio local são essenciais. -----

Mas infelizmente, a Póvoa de Varzim tem sido notícia pelo número de casos COVID que tem vindo a aumentar. É, por isso, essencial o reforço das recomendações da DGS. -----

Lamentavelmente, não poucas vezes vemos comportamentos de risco no interior de alguns estabelecimentos comerciais, na nossa União de Freguesias. -----

Com o objetivo de evitar estes comportamentos, recomendamos uma campanha de sensibilização junto do comércio local de Argivai, Beiriz e da Póvoa, para que potencializem o cumprimento das medidas de proteção. Como por exemplo, através da distribuição de mensagens de recomendação para portas e montras, de *flyers* informativos, e com reforço nos meios de comunicação social locais. --

Por fim, constatar que esta sessão poderia ter sido uma excelente oportunidade para testarmos uma Assembleia de Freguesia Online, até porque a próxima sessão ordinária será fundamental para o funcionamento da União de Freguesias, na qual iremos discutir o orçamento e, atendendo à situação de pandemia, desconhecemos se será possível realizarmos a mesma presencialmente." -----

Rui Manuel dos Santos Lopes, do CDS/PP, cumprimentou os presentes e no uso da palavra fez a intervenção que se transcreve: "Ao longo dos anos a circulação automóvel na Rua de Calves em Argivai tornou-se caótica, nomeadamente entre a estrada nacional 206 e Rua S. Pedro. Nesta Zona de

Argivai está situada uma importante zona habitacional, o principal acesso a zona industrial de Calves, é a ligação entre Argivai e Beiriz. -----

Em todo o comprimento do troço mencionado anteriormente existe diariamente carros estacionados num dos lados da via o que prejudica a circulação automóvel, dificulta a mobilidade de pessoas, proporciona acidentes e com frequência são presenciadas discussões entre condutores. Os carros passam encostados aos muros das habitações, o que levou um morador a colocar uma bicicleta diariamente encostada ao muro da sua habitação de forma a obrigar os carros a desviar da sua entrada. -----

Sr. Presidente está prevista alguma intervenção que possa melhorar a circulação de pessoas e automóveis neste local, para quando?" -----

Joana Vieira da Silva, do PS, apresentou cumprimentos e no uso da palavra fez a intervenção que se transcreve: "Relativamente à Moção pela reposição do pleno funcionamento dos cuidados de Saúde Primários, concordamos que o Serviço Nacional de Saúde é imprescindível para dar a resposta necessária no combate à epidemia da COVID-19. Mas não se pode descuidar os restantes cuidados importantíssimos com todas as outras maleitas. Concordamos que este período que passamos mostrou debilidades no Sistema e exige investimento, mas talvez não seja necessariamente investimento monetário ou de mais profissionais. Na nossa opinião não se trata de falta de orçamento na Saúde e também não dispomos de informação suficiente para concluir que o problema será a falta de profissionais. É preciso primeiro reconhecer quais as fraquezas e identificar assim as lacunas existentes para poder injetar aí o tipo de reforço necessário. Tudo isto o mais urgente possível. -----

Abstemo-nos assim na votação, sem deixar de reconhecer que a chamada de atenção para as Unidades de Saúde Familiar faz sentido bem como uma intervenção imediata." -----

Lara Lúcia Dinis C. Rocha, do CDS, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: "O CDS através dos membros eleitos que fazem parte da assembleia desta união de freguesias, na assembleia que se realizou no dia 12-09-2018, propôs a votação a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos de uma das assembleias seguintes a discussão da desagregação desta união de freguesias, tendo sido aceite por unanimidade pelos presentes. -----

Contudo, este ponto foi retirado do ponto da ordem de trabalhos e nunca mais foi inserido para devida discussão pública. -----

Aquando da leitura da moção apresentada pela CDU, os elementos eleitos pelo CDS não podem deixar de aceitar e aprovar esta moção, pois que decorridos mais de dois anos continuamos a aguardar a discussão pertinente, nomeadamente proporcionar assim o debate sobre as vantagens ou desvantagens desta união de freguesias." -----

Sandra Cristina Simões Ferreira, do BE, apresentou cumprimentos e no uso da palavra, apresentou a Moção que se transcreve: "*Pela retoma e recuperação urgentes dos cuidados de saúde primários no concelho.* -----

A primeira vaga da resposta à crise sanitária provocada pela COVID-19 consistiu no confinamento das famílias e no encerramento das empresas e serviços, com exceção das atividades consideradas essenciais. Sob pressão popular, e após as imagens chocantes de descontrolo em Itália e Espanha, as medidas achadas fizeram com que se atingisse o tão desejado achatamento da curva epidemiológica, evitando situações de rotura no SNS, cujos trabalhadores -

médicos, enfermeiros, auxiliares, operacionais, administrativos, etc., revelaram uma entrega, profissionalismo e resistência absolutamente inauditos. Se dúvidas houvesse, a presente pandemia encarregou-se de as eliminar – o SNS é o único garante do direito à Saúde. Só um SNS público, universal, geral e gratuito consegue dar a resposta necessária, seja em tempos de pandemia, seja em tempos de normalidade. Do sector privado não se pode esperar nada que não seja a busca intrínseca do lucro, como ficou evidente na forma como hibernaram, ou até encerraram algumas unidades quando o país mais precisava. -----

Porém, estes resultados esconderam fragilidades que mais recentemente se tornam visíveis: o não recurso às urgências por medo de situações agudas, com o aumento de mortalidade global, o abandono dos utentes do SNS portadores de doenças crónicas e os milhares de consultas, tratamentos ou cirurgias adiadas. As Unidades de Saúde de proximidade na Póvoa de Varzim também têm experienciado estas situações. No entanto, não podemos deixar-nos paralisar: a assistência aos milhares de utentes no concelho tem de prosseguir. Por causa da COVID-19, as outras doenças e situações clínicas, que podem tornar-se graves se não forem acudidas a tempo, não deixaram de existir. É por isso, nesta fase, necessário recuperar a atividade suspensa nos hospitais, centros de saúde e outras unidades do SNS, no país, na região, mas também ao nível do nosso concelho. -----

Não há cuidados de saúde sem profissionais. A importância dos trabalhadores da área da saúde foi exemplarmente demonstrada. É fundamental rever as carreiras de todos os trabalhadores da saúde, em particular as impostas unilateralmente pela tutela, sem a concordância das respetivas estruturas sindicais. Não esquecemos que há profissões sem carreira específica, como é o caso dos técnicos auxiliares de saúde. É também necessário criar um estatuto de risco e penosidade para os profissionais de saúde. A exclusividade de funções no SNS deve ser uma opção para todos os profissionais, com o devido enquadramento e valorização remuneratória. -----

Por iniciativa do Bloco de Esquerda, foi aprovada, por unanimidade, no Orçamento de Estado para 2019 (OE 2019), uma proposta para que fossem iniciados, durante o ano de 2019, os procedimentos para a construção do novo centro hospitalar da Póvoa de Varzim / Vila do Conde. Há muito que a população destas cidades se debate com constrangimentos no acesso aos cuidados de saúde de que necessita e aos quais tem direito, sendo esta uma realidade que se faz sentir não apenas nos serviços hospitalares, mas também nos cuidados de saúde primários. Estando o início dos procedimentos inscrito no OE 2019 e sendo já anunciados avultados fundos da UE para combater a pandemia e reforçar os serviços de saúde no país, é da mais elementar necessidade que o poder local da Póvoa de Varzim acompanhe e questione o Governo relativamente à execução, bem como ao progresso desse processo, o qual não se tem visto. É necessário que sejam encetados os esforços para que se cumpra o que foi prometido e é agora lei, no que diz respeito ao hospital da Póvoa de Varzim / Vila do Conde. -----

Assim, com estas preocupações em vista, a Assembleia da União de Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, reunida em sessão ordinária no dia 28 de setembro de 2020, delibera: -----

1. Que se reivindique, junto do governo e demais autoridades de saúde responsáveis a retoma e recuperação urgentes dos cuidados de saúde primários no concelho, nomeadamente no que concerne à recuperação de consultas e

acompanhamento de utentes, adiadas ou canceladas como consequência da pandemia da COVID-19. -----

2. Que se reivindique, junto do governo a contratação e valorização das carreiras dos profissionais necessários para garantir o cabal funcionamento das unidades de cuidados de saúde primários no concelho. -----

Que se indague, formalmente, junto do governo, sobre que medidas foram tomadas até agora ou agendadas para a construção do novo Centro Hospitalar Póvoa de Varzim / Vila do Conde, tal como plasmado no Orçamento do Estado para 2019.” -----

Hamilton Manuel Lopes Ribeiro, do PSD, apresentou cumprimentos e propôs votos de louvor ao poveiro Bruno Torres, pelos recentes resultados alcançados, e às equipas seniores de Andebol do Póvoa Andebol Clube, de Voleibol e de Hóquei em patins do Clube Desportivo da Póvoa e de Futebol de Praia do Varzim Sport Club, pelas subidas de divisão nas respetivas modalidades. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, no uso da palavra, apresentou a moção que se transcreve: “*Moção 2 - “Repór as freguesias extintas - um imperativo democrático* -----

O processo de agregação/extinção de 1.168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros, nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono. Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão. De então para cá, as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias. O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações. A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática. Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, reunida a 28 de setembro de 2020, delibera: -----

1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; -----

2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021.” -----

Perguntou ainda ao Presidente como estava o assunto focado em Assembleia anterior relativamente à falta de passeios na Rua Alberto Pinheiro Torres. -----

Renata Pinto de Sousa da Costa Leite, do PSD, cumprimentou os presentes e no uso da palavra fez a intervenção que se transcreve: “Votamos contra esta moção, pelo simples motivo de a mesma ter sido proposta e aprovada por unanimidade em assembleia nesta legislatura.” -----

Joana Vieira da Silva, do PS, fez a intervenção que se transcreve: “Sobre a desagregação de freguesias, a reposição das freguesias extintas e a Reorganização Administrativa do Território (imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio), a posição do Partido Socialista já é conhecida. Concordamos que a reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva e que sobretudo respeite a vontade das populações, sempre com o foco na melhoria de condições e prestação de serviços e cuidados para com essas mesmas populações. -----

Já muito se ouviu sobre isto e o que fica presente é a objeção das populações serem ouvidas. -----

Não sendo este um processo simples, porque sabemos que implica a auscultação das populações bem como dos órgãos autárquicos, assim como a discussão de critérios, apercebemo-nos ser o ponto crucial para a resolução deste tema bastante debatido.

Reconhece-se que na maioria dos casos não trouxe melhorias de organização nem nos serviços prestados, muito pelo contrário, em certos casos distanciou a população do seu ponto de apoio e ligação para com os órgãos autárquicos. A resolução de questões particulares de cada freguesia poderá ter ficado comprometida. -----

A questão não é voltar simplesmente ao que era antes, mas analisar todos os casos e definir assim, se a agregação contribuiu favoravelmente ou não, se existiu com este processo um reforço na coesão territorial. Isto sem se perder a identidade dos lugares, dos costumes e história de cada freguesia. -----

Não nos podemos esquecer que, com a Pandemia, quase tudo ficou mais atrasado, mas o PS é o Partido que mais tem feito pela desagregação e já apresentou um projeto de lei para dar seguimento à desagregação. -----

Votaremos assim a favor desta moção, por considerar ser um assunto urgente e para reafirmar que a vontade das populações merece prevalecer, devendo assim ser ouvida a sua opinião para ser decidido o futuro das suas freguesias.” -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: “É certamente com grande preocupação e ansiedade que todos temos vivido a evolução da pandemia da COVID-19 com brutais impactos na saúde pública e na situação económica e social. -----

Para além das questões da saúde, muitas famílias tiveram quebras nos rendimentos, encerramento de empresas, falências, desemprego e agravamento das desigualdades. Muitos doentes viram as suas consultas e exames médicos adiados, nalguns casos pondo em risco a sua saúde. -----

Sr. Presidente, como é natural esta situação também se fez sentir nas freguesias da nossa União. Gostava que partilhasse connosco as informações de que dispõe sobre: -----

Qual a dimensão dos contágios no total das nossas freguesias e nas empresas aqui instaladas? -----

Sr. Presidente em tempo de pandemia que tipo de ajudas foram fornecidas pela Junta de Freguesia? -----

Sras. e Srs. Deputados -----

Vou agora falar-vos sobre Linha da Frente, palavra tantas vezes dita e nunca é de mais repetir. Pois, vou falar nas imensas atividades que estiveram e continuam a estar na Linha da Frente. -----

Não vou falar dos profissionais de saúde, nem das forças de segurança, nem tão pouco dos nossos abnegados bombeiros e porquê? Para estes já todos nós endereçamos os nossos agradecimentos e elogios. -----

Falo-vos de outras atividades que estiveram e continuam a estar na Linha da Frente e que muito pouca gente falou deles e que não deixaram que o País parasse. São, passo a referir, a quem todos nós devemos total admiração e agradecimento, como os agricultores, os pescadores, os produtores de carne e seus trabalhadores, os trabalhadores da indústria conserveira, os trabalhadores da indústria de laticínios e congelados, os trabalhadores de transformação de carnes, os trabalhadores dos supermercados, os proprietários e trabalhadores das mercearias de proximidade, os trabalhadores de recolha de lixo, os trabalhadores das ETARES e águas residuais, etc., etc., etc. -----

Minhas Sras. e meus Srs. Sem estes homens e mulheres, que todos os dias saíam de casa para trabalhar, arriscando a sua saúde, enquanto o país estava confinado, nada seria possível e o país entraria hoje em total colapso e tudo estaria perdido. -----

Vou dar-vos só um único exemplo, assistimos impávidos e serenos e até de boca aberta, a cenas de violência em todo o mundo, porque simplesmente acabou papel higiénico nas prateleiras dos supermercados. Que seria se nos faltasse os bens essenciais para a nossa sobrevivência? Com certeza que teríamos muitas dificuldades em garantir que estávamos aqui neste momento. -----

Por tudo isto que referi, gostava de pedir, por favor, a todos os presentes nesta sala que de pé possamos agradecer a todos estes profissionais com uma grande salva de palmas." -----

José Ricardo dos Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, no uso da palavra informou que o assunto dos passeios na Rua Alberto Pinheiro Torres, foi enviado ao Município, que o trânsito caótico na Rua de Calves é conhecido, mas que não há uma forma simples de resolver. Não lhe parece viável passar a rua apenas a um sentido pois é um importante acesso e não será do agrado dos moradores e comerciantes perder toda aquela extensão de estacionamento. A solução passará sempre por um futuro alargamento da rua com a urbanização daqueles terrenos. Para evitar os efeitos de novo ataque informático foram implementados *backups* mensais, que são armazenados sem ligação à rede. O problema que tivemos não foi a falta de *backups*, nem a falta de segurança, foi o facto de não termos *backups* fisicamente desligados do sistema. Informo que na mesma altura o mesmo aconteceu com Hospitais, EDP, Caixa Agrícola e várias juntas e serviços públicos. A plataforma "Juntar a Junta" está a funcionar em pleno, pelo que não vê justificação para a criação de outra plataforma de informação e o *site*

está também recuperado. Explicou que foi criada uma base de dados dos serviços de proximidade do comércio local, entregas ao domicílio, *take-away* e horários de abertura, disponíveis para a população na altura do confinamento e foi retomado o seu funcionamento em setembro devido ao ataque informático. Quanto à questão da desagregação de freguesias, esta Assembleia votou por unanimidade pela desagregação da União em três freguesias, defendendo a reposição da situação antes da criação da União. Disse também ter respondido ao pedido de colaboração na análise do projeto lei apresentado pela ANAFRE às freguesias, destacando como exemplo que a proposta de lei pretendia estabelecer como pressuposto da viabilidade económica da freguesia a criar, o facto dessa freguesia dispor de 30% do orçamento da União. Este ponto inviabiliza desde logo a desagregação e é absurdo, pois estabelece, a título de exemplo, que numa União de quatro Freguesias com um orçamento de 4 milhões, em que mesmo que cada uma ficasse com um milhão não se poderia qualquer uma delas desagregar, pois teria sempre apenas 25% do total. Disse ter elaborado resposta ao projeto lei que já foi apresentada a esta Assembleia. Afirmou que não vê vontade de desagregar as freguesias, e que há a intenção de se fazer uma lei que depois não tenha qualquer tipo de efeito real. Disse ainda que não entende nem a necessidade de nova votação, nem necessidade de haver uma discussão sobre o assunto que já foi votado, até porque aquando da criação de Uniões de Freguesias não houve qualquer manifestação de vontade das freguesias, aí ninguém foi ouvido. As freguesias existiam porque tinham população, território e identidade cultural que o tempo tratou de consolidar em autarquia. Houve uma perda de soberania de Portugal, quando uma entidade externa decidiu sobre a organização das suas populações e agora retomado o pleno da sua soberania deveria ser o governo a perguntar se as freguesias tinham interesse em continuar em União e não fazer o contrário como está a ser feito. Afirmou ainda que está provado que em nada contribuiu para a poupança na despesa do Estado a criação das Uniões. E que teremos todos de esperar pela apresentação da lei para vermos se poderemos ou não avançar para a desagregação como é vontade já expressa dos representantes das três freguesias nesta Assembleia. Deu ainda os parabéns a Francisco Ribeiro, membro desta Assembleia há muitos anos que hoje só não está presente por ser o dia do seu aniversário. -----

Informou que a Junta em tempo de pandemia continuou a trabalhar em pleno e desenvolveu um exaustivo trabalho de informação e de ajuda social em sintonia com a Câmara Municipal e a Delegação de Saúde, ajudando a suprir situações de emergência. Foi apresentado um relatório descritivo quantos aos apoios prestados e despesa associada na última Assembleia de Freguesia. Neste momento, a título de exemplo, já ultrapassamos a verba de 20 mil euros em cabazes alimentares distribuídos. -----

Informou que a feira esteve sempre na linha da frente nas medidas de proteção da população e disse que a Junta tinha já decidido cancelar a realização da feira no dia 5 de outubro, pois num dia feriado o risco seria muito grande. -----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, colocou em aceitação a 1.^a Moção apresentada pela CDU - "*Pela reposição do pleno funcionamento dos cuidados de saúde primários*" e foi aceite por unanimidade. Colocada a votação, esta moção foi aprovada por maioria com 5 abstenções e 14 votos a favor. ----- Colocada em aceitação a Moção apresentada pelo BE - "*Pela retoma e recuperação urgentes dos cuidados de saúde primários no concelho*" foi aceite

por unanimidade. Colocada a votação, esta moção foi aprovada por maioria, com 5 abstenções e 14 votos a favor.-----

Colocada em aceitação a 2.ª Moção apresentada pela CDU – “*Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático*” foi aceite por unanimidade. Colocada a votação, esta moção foi reprovada por maioria, com 9 votos a favor e 10 votos contra.-----

Colocado em aceitação os votos de Louvor apresentados pelo PSD, os mesmos foram aceites por unanimidade. Colocados a votação, foram igualmente aprovados por unanimidade.-----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, agradeceu as intervenções e deu por terminado o período antes da ordem do dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

PONTO TRÊS - Apreciação e votação da Ata da Assembleia Ordinária de 30.06.2020.-----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, lembrou que os membros que não estiveram presentes na sessão anterior não votam: a ata foi aprovada por unanimidade, com catorze votos a favor, de todos os membros presentes na referida sessão.-----

PONTO QUATRO – Apreciação da informação do Presidente da Junta, referente aos meses de junho a agosto de 2020, de acordo com o art.º 9.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 75/2013.-----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, deu a palavra aos deputados, respeitando a ordem de inscrição.-----

Renata Pinto de Sousa da Costa Leite, do PSD, cumprimentou os presentes e no uso da palavra fez a intervenção que se transcreve: “Não posso deixar, mais uma vez, de parabenizar todo trabalho desenvolvido por esta Junta de Freguesia na fase de Estado de Emergência e Calamidade do país. A capacidade de rápida resposta, atuação e preocupação desta Junta de Freguesia, vai muito além do que alguma vez iríamos pensar há três anos atrás.-----

Quem acompanha o trabalho feito por este executivo, concorda que, de facto, a junta dá prioridade aos seus fregueses. Podemos falar de obras e claro que são importantes, mas mais importante que realizar obras e concretizar projetos, para esta Junta, as pessoas estão sempre em primeiro lugar.-----

A valência *Junta ao Domicílio* continua a tomar um espaço preponderante no dia a dia dos serviços da Junta nas três freguesias. A Junta continua a assegurar o transporte de bens essenciais e pessoas de risco, conseguindo cumprir o objetivo de manter as pessoas em casa o máximo possível, evitando contágio. - O serviço *Apoio ao Emprego*, que continua a apoiar todas as pessoas infoexcluídas, na elaboração de um CV, carta de despedimento, resposta a anúncios, registo em plataformas de emprego, etc.-----

Nas redes sociais da Junta de Freguesia, continuou-se a divulgação de imagens de prevenção do COVID-19, mantendo a fiel imagem do nosso salva-vidas, Cego do Maio e reforçou-se ainda mais a comunicação e o apoio social através de mensagens aos fregueses e principalmente o contacto telefónico semanal com os utentes da Academia Sénior.-----

O *Concurso de Montras, Varandas e Quadras de São Pedro* que permitiu que a identidade poveira se mantivesse e que nós, poveiros, ainda pudéssemos sentir um pouco do nosso S. Pedro que foi restringido pela pandemia, promovendo o comércio local através dos prémios atribuídos, como cheques prendas em lojas da nossa cidade.-----

A reorganização dos métodos de pagamento, o cartão de feirante grossista e retalhista criado para a Feira das Moninhas, conseguindo-se uma maior organização e dever cívico e profissional para os feirantes e para a Junta. Como estas medidas, muitas outras foram desenvolvidas por esta Junta de Freguesia e tudo foi explanado nas redes sociais, nas entrevistas e nos jornais locais da nossa cidade. -----

Termino agradecendo mais uma vez ao executivo da Junta de Freguesia, e especialmente aos funcionários da junta que tiveram um papel extremamente importante e foram e continuam a ser, incansáveis na ajuda à nossa comunidade." -----

PONTO CINCO - Apreciação do Relatório Intercalar. -----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, deu a palavra aos deputados, mas ninguém quis intervir. -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, no uso da palavra disse que o Relatório Intercalar é mais uma manifestação da forma transparente como a Junta se relaciona com a Assembleia de Freguesia dando-lhe as melhores condições para analisar e criticar o trabalho executado, não se cingindo apenas à apresentação de um relatório anual. É fácil, através deste relatório, verificar o funcionamento da junta no 1.º semestre do ano, altura em que fomos apanhados desprevenidos, com um orçamento previsional para o normal decorrer do ano orçamental. Passamos a ter muitos gastos não previstos, com a saúde e sobrevivência da população, sofrendo ainda uma imensa quebra nas receitas. Isentamos a feira, faltou a verba dos terrados de S. Pedro e a atividade da Junta que se baseava também nesses valores, passou a ser outra. Sendo que neste momento já ultrapassamos a verba não prevista de 20 mil euros em cabazes alimentares para suprir necessidades básicas urgentes. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

Terminada a Ordem do dia, **Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro** solicitou inscrições para intervenção do Público. Inscreveu-se Vítor Pinto, que após cumprimentar os presentes informou ter reparado em algumas pessoas que vivem em tendas junto às instalações do Clube Naval no cais e pergunta se a Junta já se apercebeu e se já fez alguma coisa para resolver essa situação. Falou também no incêndio que aconteceu na Póvoa, que matou uma pessoa e feriu outra e que é preciso ter atenção, pois já existem vários sem abrigo na nossa cidade e não podemos pactuar com esta situação, pois esta junta diz ser solidária, tendo então que ter uma estratégia para casos desses, que aumentam no verão, mas que existem durante todo o ano. Disse ainda que as moções não têm que ir a aceitação, pois a Assembleia é o lugar certo para serem apresentadas e discutidas antes da Ordem do dia e só nesta Assembleia é que isto acontece. Afirmou que não se pode pôr em causa a aceitação, porque isso não faz parte da tradição democrática, aliás considera até esse procedimento antidemocrático. -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, em resposta disse que acha o procedimento democrático, pois os elementos da Assembleia podem e devem

fer

ter tempo para analisar as moções antes de as discutirem e votarem, sendo que a única vez em que a mesa não aceitou moções foram documentos apresentados no início da Assembleia, não havendo tempo para análise. Lembrou ainda que o assunto dos sem abrigo é importante e carece de resolução urgente, mas passará por uma estratégia do próprio governo para combater o problema na sua globalidade. Disse ainda que é preciso também que os sem abrigo queiram ser ajudados. No caso específico daqueles que vivem em tendas informou que o local, Molhe Sul, é território de Vila do Conde. E que não há exemplo na Póvoa de Varzim de permanência de sem abrigo, sendo que pelo menos um dos que lá está foi várias vezes contactado pela Ação Social da Câmara e que se refugiou no local para não voltar a ser incomodado pelas assistentes sociais da Póvoa. Os incêndios, que já aconteceram três, foram causados sempre pelas mesmas pessoas, que já por várias vezes tinham sido ajudados e voltam à rua. Lembrou o que está a ser feito por instituições públicas que não atendem o telefone, não respondem a *emails* e têm portas fechadas, e que é na Junta de Freguesia que estão a ser feitas as marcações de consultas, pedidos de junta médica, apresentação do IRS, pedidos de marcação para o cartão de cidadão. Citou o caso específico em que um sem abrigo toxicodependente, que é o caso de muitos, que quer deixar o consumo de estupefacientes tem de esperar 30 dias para ser atendido em consulta. Como se o indivíduo conseguisse manter durante um mês a sua convicção. Os nossos serviços tentam colaborar para que a situação não piore, não passem frio, não passem fome, não fiquem doentes, mas não podemos avançar muito mais.-----
O Presidente da Junta terminou a sua intervenção desejando a todos muita saúde, que se previnam e tentem ter os maiores cuidados para não permitir o avanço descontrolado do vírus. -----

Nada mais havendo a tratar, tendo dado cumprimento a todos os pontos previstos na Ordem de Trabalhos, Alice Ribeiro, em substituição da Presidente da Assembleia, deu por concluída a sessão, agradecendo a presença e a participação de todos, considerando que esta sessão decorreu com cordialidade e respeito. Declarou encerrada a sessão da Assembleia às vinte e duas horas e trinta e seis minutos. -----

De tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela 1.^a Secretária da Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, que presidiu à Assembleia em substituição da Presidente, e por mim, Marilde Marisa Silva, que a redigi. -----

A Presidente P/ Alice Ribeiro

A Funcionária Marilda Marisa Silva